

Publicações do Cidehus

Paisagens sonoras históricas

Vozes «brônzeas» na paisagem sonora eborense

**História, inventariação e revitalização patrimonial
dos sinos intramuros de Évora**

Rodrigo T. De Paula

Résumé

Integrado ao património cultural eborense, os sinos intramuros da cidade de Évora foram responsáveis, desde tempos remotos, por ordenar o tempo, comunicar publicamente variadas notícias, alegrar as festividades, garantir a proteção espiritual, alertar para as intempéries e incêndios, chorar os



mortos, regular o trabalho, entre outras funções. Nota-se que o cotidiano da cidade era marcado pela presença constante dos sons desses instrumentos, sons estes organizados através de um complexo sistema de códigos sonoros, mas reconhecidos por seus habitantes. Para além das referências relacionadas à prática sineira identificadas em relações de épocas, em documentos burocráticos – entre outras fontes históricas – é a partir das publicações de Gabriel Pereira (1901), de José Joaquim D'Ascensão Valdez (1911), e de Túlio Espanca (1966) que podemos identificar as primeiras iniciativas de registo patrimonial dos sinos de Évora. Entretanto, na falta de maiores estudos sobre essa temática, nas décadas seguintes, propomos, no âmbito do projeto PASEV – Patrimonialização da Paisagem Sonora de Évora, o estudo histórico da prática sineira na cidade, a inventariação dos sinos das instituições situadas intramuros e as possibilidades de revitalização patrimonial desses instrumentos.

Integrated into the cultural heritage of Évora, the intramural bells of the city of Évora had been responsible, since ancient times, for ordering time, publically communicating varied news, brightening up festivities, guaranteeing spiritual protection, sounding the alarms for bad weather and fires, weeping for the dead, regulating work, among other functions. It is noted that the daily life of the city was marked by the constant presence of the sounds of these instruments, sounds organized through a complex system of sound codes recognized by its inhabitants. In addition to the references related to the bell practices identified in initiatives to register the heritage of Évora's bells in the publications of Gabriel Pereira (1901), José Joaquim D'Ascensão Valdez (1911), and Túlio Espanca (1966). However, in the absence of further studies on this topic in the following decades, we propose, within the scope of the project PASEV - Patrimonialization of the Soundscape of Évora, the historical study of the bell practice in the city, the inventory of the bells of the institutions located within the walls and the possible revitalization of these instruments.

Entrées d'index


Keywords :

Évora, bells, bells practice, cultural heritage, inventory system

Palavras-chave :

Évora, sinos, prática sineira, património cultural, inventariação

Texte intégral

- 1  Évora se destaca na paisagem alentejana como uma cidade que preserva, concentrado em seu núcleo amuralhado, importantes vestígios do que foi, outrora, um território de

grande relevância para a história política e cultural portuguesa. Desde o templo romano, aos centenários edifícios religiosos e civis é possível, caminhando pelas ruas desse núcleo, identificar várias dessas edificações como detentores de um importante património ainda a ser revelado. Integrado a esse património destacam-se os seus diversos sinos que, uma vez acionados pelas mãos de sineiros e sineiras, eram responsáveis, desde a Idade Média, por ordenar o tempo, comunicar publicamente variadas notícias, alegrar as festividades, garantir a proteção espiritual, alertar para as intempéries e incêndios, chorar os mortos, regular o trabalho, ordenar a vida monástica e conventual, entre outras funções.

- 2 O cotidiano de Évora, como de diversas cidades ao longo dos séculos, foi marcado pela presença constante do som dos sinos, organizados através de um complexo sistema de códigos sonoros reconhecidos por seus habitantes que, coletivamente, reagem a esses mesmos códigos¹. Infelizmente, o conhecimento desse sistema foi se perdendo com o passar dos anos e, para isso, contribuíram diversos fatores que promoveram, direta ou indiretamente, a partir do século XIX, uma ruptura com a tradição sineira, como a invasão pelos franceses, em 1808; a extinção das ordens religiosas, em 1834; o movimento regenerador e o início do processo de modernização da cidade, a partir de meados do século XIX; a implantação da República, em 1910; a lei de Separação do Estado das Igrejas, publicada a 20 de abril de 1911; a eletrificação dos toques, a partir da década de 1990, entre outros. Devemos ainda destacar a epidemia de cólera que assolou Portugal e que, em 1833, levou D. Pedro IV, então regente, à publicação de um decreto Real proibindo os toques para o viático e para funerais, devido às perturbações psicológicas que os excessivos toques fúnebres causavam à população, sendo permitido somente o anúncio diário para as saudações angélicas e para a missa². Meses antes, a Comissão de Salubridade Geral da Sociedade de Medicina, da cidade do Rio de Janeiro, publica um artigo da autoria do médico Claudio Luiz da Costa sobre os malefícios à saúde causados pelos constantes toques pelos mortos (COSTA,1833), situação que se reproduzia em diversos territórios luso-brasileiros e que certamente promoveu, nos anos seguintes, a intervenção,



nesses territórios, das autoridades locais. Mas a publicação do decreto de 1833 não seria suficiente para que se cumprisse o que fora determinado, inclusive na capital do reino. Após reiteradas ordens expedidas pela *Secretaria d'Estado dos Negocios Ecclesiasticos e de Justiça*, na tentativa de reprimir o «intolerável abuso no toque dos sinos» que continuava a ocorrer na cidade de Lisboa, a rainha D. Maria II reforça, em novo decreto publicado a 19 de junho de 1837, que fosse observado as mesmas exigências de 1833, prevendo para os párocos transgressores a aplicação, pelo governo, de castigos «pelos meios que tem á sua disposição»³.

- 3 Nas décadas que anteciparam a mudança do regime, o desejo de controlo do som público por parte do Governo Civil também incentivou a publicação de medidas restritivas quanto aos considerados excessos sonoros ocorridos nas cidades, principalmente em funerais, como mencionamos, mas também em outras procissões e festejos religiosos. O Código Administrativo aprovado a 6 de maio de 1878 dava amplos poderes aos Governadores Civis para tratar, com força de polícia, as questões relacionadas à atividade de músicos ambulantes, aos pregões nos lugares públicos, às fogueiras e fogos de artifício e aos toques de sinos⁴. Em consonância com o Código de 1878, o edital publicado pelo Governador Civil do distrito do Porto, Joaquim Taibner de Moraes, em 1892, previa as disposições legais e regulamentares sobre a prática sineira com a pretensão, inclusive, de ser extensivo a todos os outros distritos⁵. Esse edital limitava a duração dos toques a 5 minutos, suspendia os mesmos para cerimónias fúnebres realizadas durante epidemias, suprimia os toques noturnos, proibia dobres nas tempestades, entre outras medidas. Previa ainda, para os sineiros transgressores, multa de 5\$000 réis e o dobro desse valor caso houvesse reincidência⁶. Já o Código Administrativo de 4 de maio de 1896 irá disciplinar a realização das solenidades religiosas, atribuindo a responsabilidade aos párocos em determinar o uso que se devia fazer dos sinos e o modo de se realizar as procissões, mas sem prescindir do acordo prévio com a autoridade civil⁷. Com a publicação da Lei de Separação do Estado das Igreja, em 1911 – aquando a tradição sineira era vista pelos republicanos anticlericais como uma associação direta com o regime



monárquico e com o domínio da igreja – a questão dos sinos será tratada como previsto no decreto de 6 de agosto de 1833, sendo os toques regulados pelas autoridades municipais e consentidos durante a noite somente para fins civis e em casos de perigo comum, como os incêndios”⁸.

- 4 Reações às medidas legislativas supracitadas, na década seguinte, podem ser identificadas nas ações do Arcebispo de Évora D. Manuel Mendes da Conceição Santos, que provará resistência às restrições sobre os toques dos sinos e a realização de procissões, contidas no edital publicado a 11 de junho de 1929 pelo governador civil da cidade, o tenente José Correia Durão Paias, edital similar ao de 1892 (CARVALHO, R. A. de, ARAÚJO, A.; 2005, 459). Esses factos vão intensificar, em pleno Estado Novo, o agravamento de uma crise no governo, com duras consequências para a política nacional. Mário de Figueiredo, então titular da pasta da justiça e dos cultos, na sequência do recebimento de uma exposição contra as restrições contidas no edital de 1929, enviada por D. Manuel, faz publicar a 29 de junho do mesmo ano, o que ficaria conhecido como a «Portaria dos Sinos», autorizando, nacionalmente, a realização de procissões fora dos locais de culto e o repique de sinos a qualquer hora «podendo regular a sua duração de forma compatível com o fim a que destina»⁹. A portaria irá provocar reações imediatas por parte dos republicanos anticlericais e contribuir para a saída massiva dos ministros do governo. Entretanto, toda a crise acabará por favorecer a ascensão ao poder por António de Oliveira Salazar, então Ministro das Finanças, e a continuidade, no país, de um regime ditatorial que irá durar 48 anos (CARVALHO, R. A. de, ARAÚJO, A.; 2005). Restabelecida a democracia no 25 de abril de 1974, todos os acontecimentos supracitados, associados à política republicana de dessacralização dos toques terão, afinal, um impacto negativo no que diz respeito à patrimonialização dos sinos e à manutenção da prática sineira, promovendo o silenciamento dessa tradição em muitas cidades portuguesas¹⁰.

- 5 Por outro lado, no início da década de 1920, as ações do grupo Pró-Évora em preservar, recuperar e divulgar o património edificado eborense – e consequentemente as suas torres sineiras – a partir da ideia de uma cidade-museu, serão



utilizadas como estratégias para o desenvolvimento territorial, turístico e económico da cidade. Fundado em 1919, o grupo, para além de contribuir para a classificação de parte relevante desse património como monumento nacional, também se dedicou, desde o início de suas atividades, a valorizar as expressões culturais e artísticas de parte da região alentejana, assim como as instituições culturais históricas eborenses (ACEDO, 2006, 318). As iniciativas do Grupo contribuíram para que o mesmo participasse ativamente na criação, a 27 de janeiro de 1938, da Comissão de Arte e Arqueologia do Concelho de Évora¹¹ e, em 1984, no reconhecimento do núcleo histórico da cidade, pela UNESCO, como Património da Humanidade.

- 6 No ano de 2001 são publicadas, em Portugal, as bases políticas para o regime de proteção e valorização do património cultural nacional. O número 6 do Artigo 15^o da Lei 107/2001¹² especifica a integração de bens de interesse municipal «cuja proteção e valorização, no todo ou em parte, representem um valor cultural de significado predominante para um determinado município» e é nessa categoria que entendemos a relevância dos sinos da cidade como um importante conjunto organológico a ser recuperado, preservado e também reintegrado à cidade através de ações socioculturais, educativas e turísticas. Também a legislação municipal atual prevê ações de preservação do património cultural concelhio (imóvel, móvel e imaterial), conforme o Despacho 8237/2019¹³, o que nos incentiva, no âmbito do Projeto Patrimonialização da Paisagem Sonora de Évora - PASEV¹⁴, à elaboração de um inventário e o estudo sobre a história e a revitalização patrimonial dos sinos intramuros da cidade, visando a sua salvaguarda. Mais do que isso. É possível, através das fontes documentais associadas a esse conjunto organológico, reconstruir toda uma rede de relações e práticas sociais e entender a importância do aspeto sonoro – com destaque para os toques dos sinos – na afirmação de identidades, na produção de uma memória coletiva, na transmissão de saberes e na construção e preservação da história local.



O sino como património

7 Para além das referências relacionadas à prática sineira em Évora, identificadas em relações de eventos históricos – manuscritas ou impressas –, em obras literárias, documentos burocráticos, entre outras fontes, é a partir da publicação por Gabriel Pereira sobre os sinos da Sé dessa cidade que podemos identificar uma primeira intenção de registo patrimonial desses instrumentos (PEREIRA, 1901). Publicado no *Boletim de Architectura e Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, o pequeno texto do erudito eborense faz um breve relato sobre a quantidade, nomes e datas de fundição dos instrumentos instalados na torre sul do edifício da Sé, mas também nos deixa o seu testemunho sobre o impacto emocional que lhe causava os toques dos sinos do relógio, em especial o sino das horas, comparando a sua sonoridade à do sino da catedral de Westminster, em Londres:

«Os dois sinos, o das horas e o de prima, creio que não teem parceiros em Portugal. Dizem que o timbre, a qualidade da vibração se apura com o tempo: não sei se será assim, o que é certo é que o som d'estes sinos me fére o ouvido de maneira especial. Há sinos de sons valentes, ásperos, irritantes, piegas, abeatados, impertinentes, violentos, ferozes; o das horas da Sé d'Evora tem uma solemnidade espiritual inconfundível; tem uma voz doce e poderosa, com certa melancolia ao mesmo tempo; produz-me o efeito d'um psalmo. Sò ouvi outro que se lhe parece, o de Westminster. Fez-me impressão; naquelle grande terreiro, na feia manhã de Londres, no grande movimento silencioso, porque espesso tapete de neve cobria o solo, ouvi de súbito um som vibrante e religioso que me lembrou logo o sino meu patricio; a vibração vinha da grande mole lavrada e rendilhada, da magestosa catedral: era o sino de Westminster dando o signal do officio. (PEREIRA, 1901, 36)»

8 Os sons dos sinos são reconhecidos por Pereira como vozes personalizadas – valentes, ásperas, irritantes, piegas, abeatadas, impertinentes, violentas, ferozes, doces, poderosas, melancólicas, etc. – o que também irá inspirar o poeta e escritor Celestino David ao observar que «vibra, em duro bronze, a doce voz dos sinos, na velha catedral...» (DAVID, 1943, 42)¹⁵. Já Júlio Dantas, em um trecho do seu conto



histórico sobre o Fr. Francisco das Chagas (1631-1682) contempla os sons de outras instituições:

«Os sinos da oração tinham batido em todos os mosteiros da cidade – além, nos jerónimos do Espinheiro; mais perto, nos cartuxos de Ara Coeli; agora em timbres agudos e longínquos de sineta, logo em sons cavos de prato de cobre sacudido no ar; aqui, ali, picando Évora inteira, em todos os campanários, em todas as torres, nas bernardas de S. Bento, nas claristas do Calvário, nas carmelitas de Santa Teresa, nos dominicanos do Paraíso -, como se a cidade toda fosse um convento colossal sobre cujos telhados se debruçasse velho gigante romântico coberto da poeira de oiro dos séculos, a torre octogonal da Sé (DANTAS, 1914,147)».

9 Dantas recorre a uma prática religiosa que atravessa séculos e exige que em três momentos do dia todas as torres sineiras das igrejas e conventos de cada cidade convocassem os fiéis católicos para realizarem orações à Virgem. Os «sinos da oração», mais conhecido como «toque de *Angelus*» ou «saudações angelicas», ou «toque da Ave Maria», eram toques dados ao romper da aurora, ao meio dia e pouco antes do anoitecer. Tangia-se para cada momento três badaladas com um intervalo de tempo, entre uma e outra, suficiente para que cada fiel, onde estivesse, realizasse a sua oração¹⁶

10 Celestino David, ao descrever uma Évora anterior à chegada de Eça de Queiroz na cidade, em 1867, associa a sonoridade dos sinos a outros elementos sonoros – como os sons das carretas a ir para o campo, dos cabrestos das mulas, os sons produzidos pelo trabalho do sapateiro, do funileiro, do ferreiro e dos pregões de vendedores diversos–, que compunham a paisagem sonora da cidade e despertavam os eborenses todas as manhãs:

«De manhãzinha, ainda o sol não apareceu – desde S. Francisco até Santo Antão, desde S. Mamede a Santa Clara, – é o despertar, por essas tôrres, da música dos sinos a convidar para a missa. Segue-se matraquear das molas de azinho nas carrêtas que vão partir para os campos e têm a animá-las as guiseiras festivas dos cabrestos das muares. Depois, são as ruas que acordam devagarinho, os bairros que se espreguiçam a pouco e pouco para a animação do dia: a loja que se abre, o sapateiro que bate a sola, o funileiro que ajeita a lata, o martelo do ferreiro a ferir a bigorna, mil pregões tradicionais:




o do comprador de peles, da vendedeira de poejos e coentros, que despertam e vão passando (DAVID, 1945, 56)».

- 11 Todos os três autores recorrem às suas «memórias sonoras» e utilizam os sons dos sinos como um recurso literário para nos remeter a uma sonoridade do passado eborense. Essas informações tornam-se importantes subsídios para entendermos o som como produtor de uma memória, seja ela individual ou social (DE PAULA, 2007, 451-473).
- 12 No seguimento da iniciativa de Gabriel Pereira, as publicações intituladas «Campanários em Portugal» de José Joaquim D´Ascensão Valdez (VALDEZ, 1910/1916), dedicadas à identificação de fundidores e a análise da epigrafia inserida em sinos de diversas instituições portuguesas, também revelam parte do património sineiro de Évora, nomeadamente os sinos da Sé – a partir das informações publicadas por Pereira –, os das igrejas de Santo Antão e de São Francisco.
- 13 Na década de 1960, informações sobre o património sineiro do Concelho de Évora, contemplando as torres sineiras instaladas em suas Igrejas, conventos e mosteiros, são inseridas no Inventário Artístico de Portugal, publicado por Túlio Espanca (ESPANCA, 1966). Ainda que as informações sobre os sinos das instituições intramuros apareçam pontualmente nos textos em que a história e a arquitetura dos monumentos são destacados, fica evidente um esforço do autor por nos oferecer dados mais precisos sobre alguns dos instrumentos que ainda se encontram suspensos nas torres sineiras eborenses. Para além das inscrições e da descrição de elementos decorativos, o diâmetro e a altura dos sinos é por vezes indicado por Espanca, o que confirma uma abordagem mais em direção ao processo de inventariação. É também Espanca que anos antes publica, em 1953, a transcrição de um pequeno formulário de finais do século XIX – ou princípio do século XX – contendo os toques de sinos da Sé de Évora para vários rituais e momentos do calendário religioso como funerais, o Dia de Reis, Purificação de Nossa Senhora, Sagrado Coração de Jesus, Dia de São João, Dia de Todos os Santos, Véspera da Conceição, Dia de Natal, entre outros (ESPANCA, 1953, 446-449). Esse formulário, atualmente custodiados nos arquivos da Sé¹⁷, nos permite entender hoje, mesmo que parcialmente,



a tradição sineira da principal instituição religiosa de Évora, ao menos no período supracitado e compará-lo, para estudos futuros, com outras fontes históricas fulcrais para a reconstituição da prática sineira em Portugal: destacamos o tratado do mestre de cerimónias da Patriarcal de Lisboa António Rodrigues Lages, intitulado *Altissonância Sacra Restaurada* (1765), que trata das funções civis e litúrgicas da torre do Relógio, anexa ao Palácio da Ribeira, e da torre da Patriarcal; e o *Kalendário dos toques dos sinos* (1812), formulário elaborado a partir da prática romana, no qual constam os protocolos para os toques utilizados na Patriarcal da Ajuda, na Basílica de Santa Maria (Sé) e que seria a referência para as outras igrejas portuguesas. Essas duas fontes comprovam o esforço da política joanina em unificar os toques litúrgicos, em todo o reino português, tendo como principal referência o modelo romano (DE PAULA, 2017, 21-47).

- 14 Também sobre Évora, devemos acrescentar as informações contidas nos terceiros Estatutos da Universidade, revistos e aprovados em um período que varia entre 1615 e 1643, com capítulos dedicado às funções do Sineiro, do Relojoeiro e também dos *Charamellas*, para além da indicação de momentos ritualizados em que os elementos sonoros produzidos por esses profissionais deveriam ser acionados (ROSA, 2013, vol.2, 5-260)¹⁸. Considerando a importante presença das comunidades religiosas masculinas e femininas em Évora, assim como o seu legado para a cidade, devemos também mencionar os protocolos relacionados à prática sineira publicados nos textos regulatórios, entre os quais destacamos as *Constituições das Religiosas da Ordem dos Eremitas de S. Agostinho* (1734), os três primeiros capítulos do *Ceremonial Monastico Reformado da Congregação de S. Bento de Portugal* (1820), o *Manual de tudo o que se canta fora do choro* (1675) e o terceiro capítulo do *Ceremonial Serafico, e Romano para Toda a Ordem Franciscana* (1730), a partir dos quais é possível constatar o protagonismo dos toques dos sinos na ordenação do cotidiano conventual e monástico.

- 15  Em 1969, mais um trabalho realizado sobre as inscrições sineiras da Arquidiocese de Évora é publicado pelo Padre

Henrique da Silva Louro que, cinco anos antes, já havia empreendido o mesmo esforço para os Concelhos de Alandroal, Borba, Vila Viçosa e Reguengos de Monsaraz (LOURO, 1964). No entanto, a única inscrição de um sino da cidade de Évora transcrita pelo padre, mesmo assim localizado fora do espaço intramuros, é de um instrumento instalado no Convento da Cartuxa. Para os demais sinos eborenses, o padre convida o leitor a consultar o Inventário publicado por Túlio Espanca, em 1966. (LOURO, 1969, 15).

Inventário dos sinos intramuros de Évora

- 16 Das instituições intramuros com torres sineiras que existem atualmente no núcleo histórico de Évora, a maioria igrejas conventuais, foi possível identificar, até o momento, um total de cinquenta e sete sinos datados desde o século XIII ao século XX. Destacam-se, pelo número de instrumentos, a Sé, com um total de dez sinos: nove instalados na torre sul – onde também se encontra o relógio com mostrador de 1704 –, e uma garrida (ou sineta) instalada em um pequeno campanário, sobre o cruzeiro; a Igreja de Santo Antão, com um total de treze sinos: um pequeno carrilhão de dez sinos instalados na torre do lado nascente e três sinos (relógio) instalados na torre do lado poente; e a Igreja de São Francisco com quatro sinos instalados na atual torre que substituiu, em 1862, a antiga torre manuelina. Nas demais igrejas o número varia entre um e três sinos. Há ainda igrejas conventuais que hoje não possuem sinos em suas torres ou campanário – como é o caso da Igreja das Mercês (que possui apenas um campanário com duas sineiras) – ou que o acesso à torre se encontra interdito como é o caso da Igreja do Convento do Calvário. Nessa Igreja, segundo nos informa Espanca, haveria dois pequenos sinos sendo um deles conhecido na cidade como o «Sino da Fome», tangido pelas religiosas clarissas apenas nos períodos de graves crises alimentares dessa comunidade (ESPANCA, 1966, 242). Sobre a Igreja do Convento do Salvador, Túlio Espanca menciona a existência de um sino com data de 1599, «pendente do olhal do campanário interno», mas que atualmente não se encontra no edifício (ESPANCA, 1966, 236). Ainda é possível identificar no lado



direito da parte superior interna da Porta de Aviz, aberta em 1804, na Ermida de Nossa Senhora do Ó, um campanário com um pequeno instrumento não datado.

Figura 1



- 17 1 - Sé: 9 sinos (2 do relógio) e 1 garrida, 2 - Igreja de Santo Antão – 13 sinos (10 do carrilhão e 3 do relógio), 3 -Igreja de Santiago: 2 sinos, 4 - Igreja do Convento de Santa Clara – 2 sinos, 5 - Igreja de São Francisco: 4 sinos, 6 - Igreja da Graça: 3 sinos, 7 - Igreja do Colégio do Espírito Santo e Universidade de Évora: 2 sinos e 01 sineta (claustro), 8 - Igreja de São Mamede: 3 sinos, 9 - Igreja de S. João Evangelista (Lóios): 3 sinos, 10 - Igreja da Misericórdia:1 sino, 11 - Igreja do Convento do Carmo: 2 sinos, 12 - Igreja Senhor Jesus da Pobreza: 3 sinos, 13 - Convento do Calvário: 2 sinos, 14 - Igreja de S. José da Esperança: 2 sinos, 15 - Igreja das Mercês: campanário com 2 sineiras (sem sinos), 16 - Igreja de S. Vicente (?), 17 - Convento do Salvador: 1 sino (desaparecido), 18 – Ermida de N. Senhora do Ó / Porta de Avis: 1 sino pequeno, 19 – Ermida de N. Senhora da Cabeça : campanário com 1 sineira(?), 20 Capela de N. Senhora ao Pé da Cruz: 2 sinos¹⁹.



- 18 Após o levantamento do número de sinos existentes no núcleo amuralhado de Évora, tornou-se urgente garantir a preservação desses instrumentos que resistiram durante séculos às diversas crises e acontecimentos históricos e que hoje seguem, alguns mudos e invisíveis, fixados em suas respectivas torres. Daí a necessidade de inventariar esse património organológico na expectativa de garantir, assim, a sua futura salvaguarda.
- 19 Tomamos como referência, para a elaboração de uma ficha e eleição dos itens e critérios de inventariação, alguns documentos nacionais e internacionais acessíveis, nomeadamente: o *Répertoire des cloches identiées en France* – RECIF, o *Répertoire des cloches identiées en Belgique* – RECIB; Inventarios dos *Campaners de la Catedral de València* (Espanha), as «Normas de Inventário» da Direcção de Serviços de Inventário do Instituto Português de Museus, e o Inventário Artístico da Arquidiocese de Évora, que teve a secção sobre os sinos realizada sob a coordenação do Doutor Artur Goulart. Consideramos relevante a identificação da instituição e todas as informações possíveis sobre o sino inventariado: características estruturais, epigrafia, ano de fundição, local, fundidor, elementos decorativos, medidas e peso, nota, mecanismo para toque, estado de conservação, acessibilidade, localização na torre, segurança, observações complementares e fotografias dos instrumentos. Tais informações serão utilizadas para a criação da base de dados que será disponibilizada através do projeto PASEV.

Fundições e Fundidores

- 20 Ainda que não exista referências sobre uma fundição com atividade regular em Évora, alguns documentos indicam que, ao menos pontualmente, foram fundidos sinos nessa cidade. Um contrato firmado a 9 de janeiro de 1679, entre o Cabido da Sé e os fundidores Miguel del M. Guemes e Antonio del A. Ysla – «naturais das montanhas de Burgos, Reino de Castela» – indica a presença em Évora desses profissionais para a fundição de um sino e uma garrida destinados à Sé (ARQUIVO DISTRITAL DE ÉVORA²⁰, Livro 930, 98-100)²¹. Conforme apurou Adela Rueda, fundidores da região da Cantábria



exerciam, durante o século XVII, o seu ofício por toda a Espanha e em algumas cidades do norte de Portugal (RUEDA, 2000, 125-128). Entretanto, as informações contidas no contrato supracitado ampliam a rota desses fundidores que, nesse período, chegaram também às terras alentejanas. Já o sino do relógio da Matriz de Portel, por exemplo, revela uma outra situação. Fundido em Évora, no ano de 1696, a inscrição no dito sino indica um fundidor de nome Manuel Rodrigues, certamente um português²², mas sobre o qual não temos notícias biográficas (LOURO, 1969,18).

21 Em 9 de março de 1701 foi registado nos Acórdãos Capitulares da Sé de Évora²³ a cerimónia realizada pelo Bispo de Missenia, D. Francisco Domingos Barata, para a sagração de dois sinos: um destinado à torre dessa instituição e dedicado a Nossa Senhora do Anjo (fig. 2), orago da antiga Sé, – em que se vê esculpidas a imagem de Nossa Senhora (fig.3) e as armas do Arcebispo D. Fr. Luis da Silva (fig.4) –, e outro destinado à Matriz da Vila de Redondo²⁴. Uma outra fonte escrita por um autor anônimo do século XIX, intitulada *Antiguidades modernas e novidades antigas*, especifica que D. Fr. Luis da Silva mandou fundir o sino de Nossa Senhora do Anjo na claustro da Sé, em 1699²⁵. Essa situação não seria inédita, uma vez que era vulgar a fundição de sinos no interior de algumas igrejas, como atesta o trabalho arqueológico realizado por uma equipa da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, ao identificar as ruínas de uma fossa de modelagem e fundição na nave colateral norte da Sé de Braga, datável entre os séculos XV e XVI (FONTES, LEMOS, CRUS, 1997/98,143-144).

22 As inscrições que aparecem no sino de Nossa Senhora do Anjo indicam Matheus Ruiz como o seu fundidor e o ano de 1701, o que vai ao encontro das informações registadas pelo Cabido no que diz respeito ao ano da sagração. Outra informação sobre esse sino é dada pelo autor do *Modernidades Antigas...* que menciona a encomenda de sua fundição por D. Fr. Luís da Silva para servir nas exéquias da rainha consorte D. Maria Sofia Isabel de Neuburgo, falecida em Lisboa, a 4 de agosto de 1699. É curioso que a sagração ocorresse praticamente dois anos após o falecimento da rainha e a cerimónia das exéquias, em Évora, não esteja mencionada em outras fontes até o momento identificadas. De qualquer modo, conforme o



formulário dos toques da Sé, no que diz respeito aos dobres fúnebres, o sino de Nossa Senhora do Anjo era utilizado apenas para as cerimónias de «pessoas de posição elevada», sendo as de maior relevância os funerais régios²⁶.

23 Entretanto, o susodito sino se encontra atualmente inativo, com rachaduras e depositado na varanda frontal da Sé.

Figura 2 - Sino de N. Sra. do Anjo



Fotografia do autor

Figura 3 - Imagem de N. Sra. do Anjo





Fotografia do autor

Figura 4 - Armas do Arcebispo de Évora D. Fr. Luis da Silva



Fotografia do autor

- 24 Outras inscrições sineiras registadas em alguns sinos setecentistas de igrejas alentejanas também apontam para a atividade (temporária?) de fundição em Évora, realizada por



um fundidor de nome Domingos Joze. A inscrição DOMINGOS / JOZE ME FE/S EVORA aparece em sinos que atualmente se encontram na Igreja de Santo António, em Arcos (1764)²⁷, na Igreja de Santa Susana, no Redondo (s/d)²⁸ e na Igreja de São Pedro, em São Pedro do Corval (s/d)²⁹.

25 Também no sino da Igreja de Nossa Senhora das Brotas, em Mora, é possível ler J[os]E / JOAQUIM O F/ES EV[or]A e a data de 1779. Essa mesma inscrição aparece inserida em um dos sinos da Igreja de Santiago de Évora, datado de 1771 e dedicado ao orago deste templo.

26 Para os outros sinos, alguns indicam nomes de fundidores ativos em outras cidades, com destaque para Lisboa (vide tabela baixo), e outros não possuem qualquer informação que torne possível a identificação do fundidor, o ano ou o local de fundição.

Fundidores identificados em sinos de instituições eborenses			
Fundidor / Fundição	Localização do(s) sino(s) / Instituição	Local de fundição	Ano de Fundição
'JOHANNES'	Asilo Barahona	(?)	1544
Matheus Ruiz	Sé	Évora	1701
Luis Gomes de Oliveira	Igreja de São João Evangelista (Lóios)	Lisboa	1724
Jose Joaquim	Igreja de Santiago	Évora	1771
Domingos Joze de Menezes	Asilo Barahona	(?)	1774
Faustino Alves Guerra	Sé	(?)	1782
José Domingues da Costa	Sé Igreja de N. S. dos Remédios	(?) (?)	1783 1787
Candido Roiz Bellas	Igreja de Santo Antão	Lisboa	1856
Luís Belas	Igreja de N. S. dos Remédios	(?)	1891
Fundição Lusitania	Nova Igreja de Santo Antão	Ermesinde	1937/1938

Práticas Sociais

Toques de recolher (ou correr)

27 No esforço em manter a ordem durante a noite e impedir atos de violência, roubos entre outras ações criminosas e consideradas vis, desde finais da idade média eram tangidos diariamente os sinos de recolher, ou correr, nos principais centros urbanos do reino português, a comunicar o encerramento das portas das cidades, do comércio e a impor a todos, principalmente judeus e mouros, o recolhimento obrigatório. A vistoria era realizada pelo Alcaide e seus ajudantes – mesmo que em muitos casos essa ação não fosse

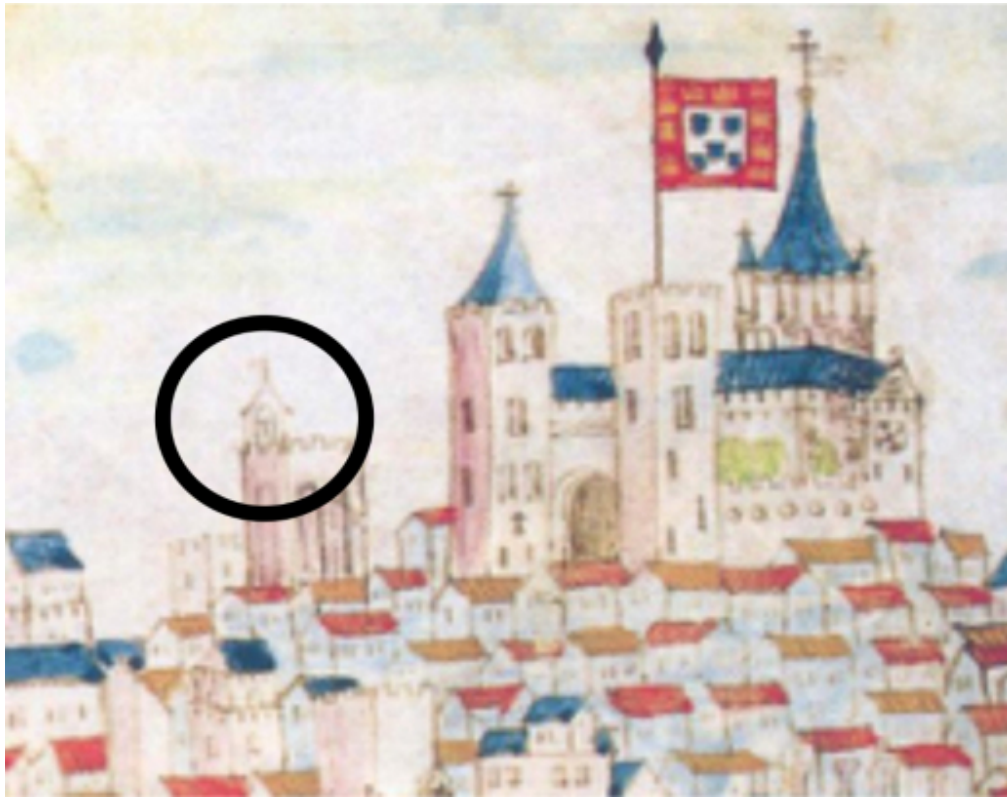


eficiente – e, para aqueles que eram detidos por essas autoridades, havia a previsão de duras penalidades (CARDOSO, 1998)³⁰.

- 28 Sobre essa prática em Lisboa, o *Livro das Posturas Antigas*, constituído por documentação datável dos séculos XV e XVI, traz uma das referências mais antigas ao toque de recolher em Portugal, toque que deveria ser tangido pelo sineiro municipal entre às oito e nove horas da noite, durante o inverno e entre às nove e às dez horas da noite, durante o verão (RODRIGUES, 1974, 197). Em Évora, o sino da câmara destinado a essa função estava localizado no alto da parte norte do templo romano, desde que o monumento fora transformado em «açougue» municipal. Gabriel Pereira nos informa que, nessa cidade, ainda nos anos de 1858, se podia ouvir três sinais sonoros destinados ao recolher, acionados certamente para contemplar todo o espaço intramuros: primeiro, o bater dos ferros da cadeia; em seguida o toque dos clarins de cavalaria e por último se escutava o sino de correr. Pereira mais uma vez recorre à sua memória para nos descrever o toque: «muito lento, duma vibração fina e triste» (PEREIRA, 1934, 222).
- 29 Podemos retroceder a prática do «toque de correr» em Évora pelo menos ao início do século XVI, onde identificamos o pequeno campanário mandado instalar por D. Manuel I, a 27 de Junho de 1500, no então açougue municipal³¹ e seu respetivo sino que aparecem representados na vista da cidade que integra o foral manuelino, datado de 1501 (fig.5). Com a desativação do açougue, em 1836, é possível que o sino tenha sido retirado do campanário nesse período, ou pouco depois, já que na década de 1860, era através de um sino da Sé que o toque era dado. Em registos iconográficos anteriores ao «restauro» do templo, ocorrido em 1871, sob a direção do arquiteto e cenógrafo italiano Giuseppe Cinatti, é possível ver o campanário vazio, sem o brônzeo instrumento (fig. 6) (SILVA, 1994-1995, 69).

Figura 5 – Pormenor da vista de Évora





Extrato do Foral Manuelino de Évora – 1501

Câmara Municipal de Évora³²

Figura 6 - Templo Romano – ant. 1870





Autor desconhecido – Arquivo Fotográfico da CME - PEP0016

30 Conforme mencionamos, o toque de recolher em Évora irá se estender até meados do século XIX, ainda que os sinais sonoros para o recolhimento já não tivessem efeito na população eborense, como nos informa o cronista do periódico *Folha do Sul*, em 1866:

«O sino de recolher - Até ha mui pouco tempo, tangia-se todas ao (sic) noites um sino das torres da Sé, a cujas desregradas badaladas se dava o nome de toque de recolher. Durava o tal toque do sino desde as oito horas e meia até ás nove nas noites de inverno, e das nove e meia às dez horas nas noites de verão. O sino plangente atordoava os tímpanos de todos, pedindo-lhes desesperado que se recolhessem a suas casas, e ninguém



fazia caso d´aquele som perdido, d´aquela voz de bronze desperdiçada. Algum forasteiro, que não tinha ouvido sinos de recolher, é que perguntava a significação d´aquillo, e, quando lhe diziam o que era, podia sorrir da velharia, e do baldado trabalho de quem tocava. Isto era o que havia, como é sabido. A camara actual deixou de pagar ao sineiro, e o sino deixou de se ouvir, o seu irrisório trabalho de meia hora em todas as noites. O vencimento anual do sineiro, segundo lémos no Alemtejano, era de 14\$400 réis: não era muito; mas se o toque do sino era desathendido por toda a gente, se ninguém se recolhia por ouvir as suas advertências, se aquillo em suma era fóssil, por que devia a camara continuar a pagar ao sineiro, não nos dirão? conta-nos que nem todas as pessoas teem o nosso modo de pensar a respeito do toque do sino, desejávamos saber porque. Parece que ha orelhas que se não fartam de bulha. Tomáramos nós que todos os outros sinos tivessem também mais repouso, para socego dos ouvidos do publico». (Folha do Sul, n.222, Julho, 1866).

- 31 A ironia do cronista revela uma mudança nos hábitos auditivos em que a presença constante dos toques dos sinos passa a ser entendida, por parte dos cidadãos, como algo molesto e, como no caso supracitado, sem uma funcionalidade útil àqueles tempos. Indica também o declínio gradual da atividade remunerada do sineiro o que contribuirá, décadas mais tarde, para o desaparecimento total deste profissional em Évora.

Badaladas por incêndios

- 32 Outra notícia publicada no periódico Gazeta do Meio Dia, em 1865, indica a importância do sistema de toques dos sinos para a comunicação de incêndios em Évora. O cronista denuncia o estrago que as fagulhas lançadas pelo comboio, na linha férrea instalada pelos ingleses, em 1863³³, faziam ao provocar o fogo na vegetação seca, queimando quase que diariamente as pastagens próximas à cidade e, conseqüentemente, prejudicando os seus lavradores. «Os sinos tocando a rebate» e «o rufar do tambor» eram sinais sonoros que pareciam indicar uma situação de guerra, segundo o cronista, mas que na verdade, alertavam a população para o incêndio que estava a ocorrer (Gazeta do Meio Dia, n.187, Agosto, 1865). A ação destrutiva do fogo, tanto no campo como na zona urbana, era



motivo de preocupação em todas as cidades, durante diferentes épocas, o que exigia cuidados por parte da população e ações de prevenção por parte das autoridades locais para evitar grandes danos. Em Évora, eram realizadas simulações de incêndios (fig. 7) e, em algumas igrejas, como em outras cidades³⁴, era destinado um sino com seu respetivo mecanismo de acionamento, cujo acesso era restrito a pessoas específicas, ou a bombeiros, para evitar falsos alarmes.

Figura 7 - Simulação de Incêndio na Praça do Giraldo (1898)



Foto: José António Barbosa Arquivo Fotográfico da CME – GPE 0188

- 33 Também era divulgado publicamente, através de panfletos ou placas de ferro inseridos na parte exterior dos templos, o número de toques correspondentes a determinadas zonas da cidade, o que permitia identificar, rapidamente, qual freguesia era acometida pelo fogo e comunicar a notícia através das outras torres sineiras nas quais deveriam ser reproduzidos o mesmo número de toques. Conforme indica a «Tabella dos Signaes de Incendio Dados nas Torres das Egrejas Parochiaes



da Cidade d' Évora», panfleto oitocentista custodiado no Arquivo Distrital (fig.8), para a Freguesia da Sé, o número de badaladas era oito; para a de São Mamede, nove; para a de Santo Antão, dez e para a de São Pedro, onze, sempre finalizando os toques com cinco badaladas, havendo também a previsão de badaladas para incêndios na área rural:

Figura 8 - Tabella dos Signaes de Incendio Dados nas Torres das Egrejas Parochiaes da Cidade d' Évora

TABELLA DOS SIGNAES DE INCENDIO DADOS NAS TORRES DAS EGREJAS PAROCHIAES DA CIDADE D'EVORA	
FREGUESIAS	NUMERO DE BADALADAS
Na cidade	
Sé.....	8
S. Mamede.....	9
Santo Antão.....	10
S. Pedro.....	11
No campo (Sé)	
Entre a estrada de Machede velha e a de Estremoz.....	12
Entre a estrada de Estremoz e das Cinco Cepas.....	13
Entre a estrada das Cinco Cepas e a da Barreira.....	14
Entre a estrada da Barreira e a de S. Bento.....	15
Entre a estrada de S. Bento e a de S. José de Pera Manca.....	16
Entre a estrada de S. José de Pera Manca e a da Quinta do Alcaide.....	17
Entre a estrada da Quinta do Alcaide e a de Machede velha.....	18
Para cessarem os signaes.....	5
N. B. — Sendo o incendio fóra do limite da freguezia da Sé, dar-se-hão badaladas sem numero fixo.	

ADE - Fundo da Junta da Paróquia de São Pedro. imagem cedida pelo Arquivo Distrital de Évora

- 34 Das igrejas intramuros de Évora, o registo feito pelo fotógrafo Eduardo Nogueira (1898-1969) da Praça do Giraldo permite-nos identificar a caixa que havia na igreja de Santo Antão, com o mecanismo para acionar, no caso de incêndio, o sino das horas da torre do relógio (fig. 9). Ainda hoje é possível ver, na parte esquerda da porta de entrada para a capela de São Joãozinho, anexa à Igreja de São Francisco, a sua caixa de incêndio (fig.10).

Figura 9 - Antiga caixa para acesso ao cabo que acionava o sino da Igreja de Santo Antão em caso de incêndio





Foto: Eduardo Nogueira, entre 1930 e 1940, AFCME³⁵

Figura 10 – Caixa para acesso ao cabo que acionava o sino da Igreja de São Francisco em caso de incêndio





Fotografia do autor


Toques manuais, automatização e chamadas para a missa

- 35 A implementação do sistema eletrónico de toques nas igrejas, a partir da instalação de martelos elétricos e motores de bombear, ao mesmo tempo que se tornou uma solução mais prática e económica afetou, junto a outros fatores já mencionados, o trabalho dos poucos sineiros que exerciam ou ainda exercem esse ofício, para além de contribuir com o desaparecimento, em muitas cidades portuguesas, da tradição de toques locais. Se ainda hoje é possível identificar alguns sineiros ativos em cidades do norte de Portugal, a realizar



toques em festividades e cerimónias religiosas, por exemplo, essa não é a realidade da região alentejana, em especial de Évora. Na ausência de sineiros, a Sé possui, desde março de 1994, um sistema que garante, para além da marcação eletrónica das horas, alguns toques, como o do «parto difícil», mas esse sistema não impede um futuro acionamento manual dos sinos, uma importante solução observada pela Fundação de Sinos de Braga, de Serafim da Silva Jerónimos & Filhos Lda., responsável pela substituição com cópias de três dos sinos da torre que encontram-se rachados – nomeadamente, o já mencionado sino de Nossa Senhora do Anjo (1701), o de Nossa Senhora do Carmo (1783) e o sino de Prima (séc. XVI) – e da instalação dos mecanismos eletrónicos. Também através da automatização de toques, é possível escutar diariamente os sinos do relógio da Igreja de São Francisco, instalado no ano seguinte pela mesma empresa, o que, juntamente com o relógio da Sé, constituem as únicas referências sonoras públicas relacionadas à marcação do tempo na cidade.

36 Entretanto, também é possível escutar hoje o chamamento para a missa, através do acionamento manual dos sinos, em pelo menos duas instituições intramuros: na Igreja de Santo Antão – às 12 horas para as missas semanais e dominicais e às 17h30 para as vespertinas – e na Igreja do Carmo – às 18h15 para as missas semanais (excepto às segundas-feiras) e vespertinas, e às 11h30 e às 18h15 para as missas dominicais. No caso da Igreja de Santo Antão, ouve-se o sino de S. José, fundido em Lisboa por Cândido Roiz Belas, em 1856 e que integra o pequeno carrilhão instalado na torre do lado nascente. O toque, constituído por vinte badaladas, é executado pela Senhora Fernanda Zurzica, sempre quinze minutos antes da missa. Para a Igreja do Carmo, dos dois sinos instalados no campanário, ouve-se o sino maior, datado de 1793, mas sem maiores informações quanto ao local de fundição e fundidor. O toque é constituído por trinta badaladas seguidas, finalizadas com três badaladas espaçadas e é executado pelo Senhor José Carlos, também nos 15 minutos antecedentes à missa.

37  A manutenção dessas práticas, mesmo que seja uma memória residual da tradição sineira, contribui para perpetuar um toque mais expressivo, proporcionado pelo acionamento

manual, se comparado ao toque automatizado e artificial do sistema eletrónico. Também nos incentiva a pensar estratégias para a revitalização e preservação dos toques manuais como parte do património imaterial, não somente da cidade mas de todo o país, algo que nos últimos anos têm sido concretizado em países como o Brasil – através do registo, em 2009, pelo Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, dos toques manuais de diversas cidades do Estado de Minas Gerais, e também do ofício de sineiro³⁶ – e, mais recentemente, em Espanha onde o toque manual foi declarado como «manifestação representativa do Património Cultural», conforme o Real Decreto 296/2019, de 22 de abril, de 2019.

Considerações finais

38 Essa é uma primeira abordagem que nos permite constatar a urgência em criar estratégias de revitalização patrimonial dos sinos de Évora, visando a identificação, recuperação e preservação desses instrumentos. O estudo das fontes que permitem o conhecimento histórico da prática sineira na cidade, põe em evidência a sua relevância como parte da paisagem sonora eborense e como um importante elemento no processo de construção da memória social e cultural. A primeira fase dessa iniciativa incentivou a elaboração de um inventário dos sinos intramuros de Évora e a identificação de algumas práticas culturais relacionadas aos toques dos sinos como aclamações, funerais, o recolher, partos e incêndios, informações que serão inseridas e disponibilizadas na plataforma digital do projeto PASEV. Em uma segunda fase serão contempladas as instituições extramuros ainda existentes, como a Igreja de Nossa Senhora dos Remédios e o Cemitério Municipal, o Mosteiro de São Bento de Cástris, o Asilo Barahona, o Mosteiro do Espinheiro, e Convento de Santo António da Piedade, para além de outras práticas sociais e culturais que exigiam os toques dos sinos. Também serão contempladas outras instituições, hoje desaparecidas – como os Convento do Paraíso, Santa Mônica, Santa Catarina de Sena, entre outros – mas que são referenciadas em fontes históricas e que, através de seus sinos e torres sineiras, eram integradas nos diversos eventos sonoros ocorridos nos espaços



intra e extramuros. Todo esse estudo possibilita, ainda, identificar a dimensão simbólica e o uso dos toques dos sinos pelas instituições de poder, a sua apropriação e importância na definição identitária dos grupos sociais, o seu impacto no cotidiano citadino, potencializando o nosso entendimento sobre a sonoridade de eventos eborenses do passado, considerando todos esses elementos como parte integrante da paisagem sonora histórica da cidade de Évora.

Bibliographie

Fontes manuscritas

BPE - *Antiguidades modernas: e novidades antigas ou Coleção de notícias curiosas tiradas especialmente das memorias da Sé d'Evora* – PT/BPE/Cod. CI-I-10.

ADE - *Auto do Levantamento do rei D. Afonso VI* - Livros das Exéquias - Liv. 170.

ADE - *Contrato de 09 de janeiro de 1679, entre o Cabido da Sé e os fundidores Miguel del M. Guemes e Antonio del A. Ysla* - Livro 930 – fls. 98-100.

ADE – *Livro III dos Originais.*

ANTT - *Kalendário dos Toques dos Sinos tirado do Exemplarissimo Regimen q. Há na Santa Igreja Patriarcal de Lisboa e na Bazilica de Santa Maria de Lisboa conforme as despozições e comcervação q. Impoz o Senhor Rey Dom João o 5º de glorioza memória, ANTT-PT/TT/MSLIV/2404.*

ASE - *Sagração dos Sinos assim de N. S.^{ra} como do Redondo (1701)* – PT/ASE/CSE/C/002/Lv007 – 1694-1714 - Fl. 78v.

ASE - *Toques dos Sinos da Sé D'Evora* – PT/ASE/CSE/FSE/G/001/Mç001

LAGES, António Rodrigues (1769) – *Altissonancia Sacra Restaurada e Relaçam armonica do Methodo, e Regulaçam com que as vozes dos Sinos das duas Famosas Torres do Relogio, e Ordinaria...*, Lisboa, BNP- MM 5999.



Fontes diversas

ACEDO, Sara S. (2006) – “Vivir en una ciudad museo. Évora”. In GONZÁLEZ, L. A. (Coord.). *El patrimonio cultural como factor de desarrollo. Estudios multidisciplinares*. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha y del Ayuntamiento de Almonacid del Marquesado. p. 313-339.

ARAÚJO, António (2009) – *Sons de Sinos. Estado e igreja no advento do salazarismo*. Coimbra: Edições Tenacitas.

BRAGA, Alberto V. (1936) – *As Vozes dos Sinos na Interpretação Popular e a Indústria Sineira em Guimarães*. Porto: Imprensa Portuguesa, Separata do Volume XXXIV da Revista Lusitana.

CARDOSO, Isabel V. F. B. (1998) – Recolher obrigatório. Uma imposição da noite medieval. *Separata da Revista Ciências Históricas*, Porto: Universidade Portucalense, Vol. XIII, p. 31-41.

CARTER, Tim (2005) – “El sonido del silencio. Modelos para una musicología urbana”. In Lopez, M. A. M; Bombi, A.; CarreraS, J. J., *Música y cultura urbana em la edad moderna*. Valencia: Universitat de Valencia. ISBN: 84-370-6175-X, pp.53-66.

CARVALHO, R. A. de, Araújo, A. (2005) – A voz dos sinos: o «diário» de Mário de Figueiredo sobre a crise política de 1929. *Estudos*, 5, pp. 459-489

Ceremonial Monastico reformado da Congregação de S. Bento de Portugal (1820). Lisboa: Impressão Régia.

CONCEIÇÃO, Fr. Manuel (1730) – *Ceremonial Serafico, e Romano para Toda a Ordem Franciscana*. Lisboa: Officina da Música.

CONVERSÃO, Fr. Raimundo (1675) – *Manual de tudo o que se canta fora do choro, conforme ao uzo dos religiosos, & religiosas da sagrada ordem de Penitencia de nosso*



Seraphino Padre Saõ Francisco do Reyno de Portugal.
Coimbra: Oficina de Rodrigo de Carvalho Coutinho.

CORBAIN, Alain (1994) – *Les Cloches de la Terre. Paysage sonore et culture sensible dans les campagnes au XIX^e siècle.* Paris: Éditions Albin Michels S.A.

COSTA, Claudio L. (1833) – Observações da Comissão de Salubridade Geral da Sociedade de Medicina, sobre o abuso dos toques de sinos nas Igrejas da Cidade. *Semanario de Saude Publica.* Rio de Janeiro: Typographia Imperial de Seignot Plancher e C.^a n.º. 148, pp. 538-540. [Consult. 20 de Maio 2020]. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702560&Pesq=sinos&pagfis=548>

DANTAS, Júlio (1914) – “Frei António das Chagas”. *Pátria Portuguesa*, Lisboa: Livraria Editora.

DAVID, Celestino (1943) – Évora, Rapsódia de Imagens. *A Cidade de Évora.* Évora: Boletim da Comissão Municipal de Turismo, Ano 1^o, N.º. 3.

DAVID, Celestino (1945) – *Eça de Queiroz em Évora.* Évora: A Céltica.

DE PAULA, Rodrigo T. (2007) – “A memória sonora”. In Lage, M. E.; Villalta, L. C., *História de Minas Gerais. As Minas Setecentistas*, Vol. 2, pp. 451-473.

DE PAULA, Rodrigo T. (2017) – *Os Sons da Morte. Estudo sobre a Sonoridade Ritual e o Cerimonial Fúnebre por D. Maria I, no Brasil e em Portugal (1816-1822).* Tese de Doutoramento. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Dizionario di erudizione storico-ecclesiastica da S. Pietro sino al Nostri Giorni, Compilato dal Cavaliere Gaetano Moroni Romano, primo aiutante de camera di su Santità Gregorio XVI (1845), Venezia: Dalla Tipografia Emiliana, vol. XXXI.



ESPANCA, Túlio (1953) – Toques dos Sinos da Sé. *A Cidade de Évora*, Évora, Vol. 10, N^o. 33-34, pp. 446-449.

ESPANCA, Túlio (1966) – *Inventário Artístico de Portugal. Concelho de Évora*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, Vol. I.

Estatutos da Universidade de Évora, ordenados Pelo Cardeal Infante D. Henrique, (com autoridade do Santo Padre Paulo 4^o revistos e reformados por ordem do Reverendo Padre Mutio Vitelleschi prepósito geral da Companhia de Jesus. Transcrito por Rosa, Teresa M. R. F. (2013) – História da Universidade Teológica de Évora (séculos XVI a XVIII), Lisboa, Documento 01, Apêndice de Documentação Anexa.

FONTES, Luís; CRUZ, Mário; LEMOS, Francisco S.;(1997-1998) – *Mais Velho que a Sé de Braga. Intervenção arqueológica na catedral bracarense: notícia preliminar*. Braga: Cadernos de Arqueologia, Série II. 14-15, p. 137-164.

Inventário Artístico da Arquidiocese de Évora [Consult. 20 de Maio 2020]. Disponível em <http://www.inventarioaevora.com.pt/>.

LOURO, Pe. Henrique da Silva (1964) – *Inscrições Sineiras dos Concelhos de Alandroal Borba, Vila Viçosa e Reguengos de Monsaraz*. Évora: Separata de A Cidade de Évora, n^o. 47.

LOURO, Pe. Henrique da Silva (1969) – *Inscrições Sineiras da Arquidiocese de Évora*. Évora: Separata da Revista Alvoradas n^o. 45.

Normas de Inventário «Instrumentos Musicais» da Direcção de Serviços de Inventário do Instituto Português de Museus [Consult. 20 de Maio 2020]. Disponível em <http://www.matriznet.dgpc.pt/matriznet/NormasInventario.aspx>

PEREIRA, Gabriel (1901) – Os sinos da Sé de Évora, *Boletim de Architectura e Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, Lisboa, Tomo IX – 4^a. Série, N^o. 3.



PEREIRA, Gabriel (1934) – *Estudos Diversos*. Rosa, J. (org.). Coimbra: Imprensa da Universidade.

Répertoire des cloches identifiées en Belgique – RECIB, [Consult. 20 de Maio 2020]. Disponível em <http://tchorski.morkitu.org/1/recif-home.htm>

Répertoire des cloches identifiées en France – RECIF [Consult. 20 de Maio 2020]. Disponível em <http://campanologie.free.fr/recif/index.php>

RODRIGUES, Maria T. C. (1974) – *Livro das Posturas Antigas*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

RUEDA, Adela M^a. Pellón Gómez de (2000) – *Campaneros de Cantabria*. Santander: Centro de Estudios Montañeses.

SCHAFER, Murray R. (2001) – *A afinação do mundo*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.

SEBASTIAN, Luís (2008) – *História da Fundação Sineira em Portugal. Do Sino Medieval da Igreja de São Pedro de Coruche à actualidade*. Coruche: Museu Municipal.

SILVA, Antonio C. (1994-1995) – A Cidade de Évora, *Boletim de Cultura da Câmara Municipal*, II série, n^o.1, 1994-1995.

SILVA, Antonio D. (1837) – *Collecção da Legislação Portuguesa desde a Ultima Compilação das Ordenações, Redigidas pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de Agosto de 1833 a Dezembro de 1834*. Lisboa: Typ. De A.S. Coelho & Companhia.

SILVA, Antonio D. (1839) – *Collecção da Legislação Portuguesa desde a Ultima Compilação das Ordenações, Redigidas pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de Dezembro de 1836, e Anno de 1837*. Lisboa: Typ. De Luiz Correa da Cunha.

SIMÕES, Augusto F. (1888) – *O Templo Romano de Évora. Escriptos diversos de Augusto Filippe Simões*. Coimbra: Imprensa da Universidade.



STROHM, Reinhard (1985) – *Music in late medieval Bruges*. Oxford: Clarendon Press, pp. 1-9.

TRUAX, Barry (2001) – *Acoustic Communication*. London: Ablex Publishing, 2nd ed.

ALDEZ, J.J. D'Ascensão (1910) – Campanários em Portugal. *Boletim da Associação dos Archeologos Portugueses*, Lisboa, Tomo XII, Série 5^o, N^o. 2.

ALDEZ, J.J. D'Ascensão (1911) – Campanários em Portugal. *Boletim da Associação dos Archeologos Portugueses*, Lisboa, Tomo XII, Série 5^o, N^o. 3.

Notes

1. Murray Schafer classifica como *Soundmakers* (marcos sonoros) os sons que, imbuídos de um significado, são reconhecidos pelos indivíduos de uma comunidade. Cf. Schafer (2001, 365). Para Barry Truax, os “sinais acústicos”, que aqui chamamos de códigos sonoros, mantêm constantemente a comunidade em contato com o que acontece em seu cotidiano, promovendo atividades socialmente compartilhadas, criando vínculos entre sons específicos e um determinado grupo social que, ao mesmo tempo, é também definido por esses mesmos sons. Cf. Truax (2001, 66). Sobre os sons dos sinos, Alain Corbin observa que esses sons e a emoção que eles despertam contribuem para a construção de uma identidade territorial dos indivíduos. Destaca ainda o uso simbólico dos toques como «marcas que constitui o território», indissociáveis do controle político. Cf. Corbin (1994, 98 e 200).

2. Decreto de 6 de agosto de 1833. SILVA, 1837, 33.

3. Decreto de 19 de junho de 1837. SILVA, 1839, p. 627.

4. Conforme o N^o. 12 do artigo 184. *Código Administrativo aprovado por Carta de Lei de 6 de Maio de 1878*, (1878). Porto: Casa de A. B. da Cruz Coutinho.

5. Edital de 18 de fevereiro de 1892 – Governo Civil do districto do Porto – Joaquim Taibner de Moraes. Publicado em CASTRO, José L. (1894) *O Direito. Revista de Jurisprudencia e Legislação*. Lisboa: Typographia do Jornal Correio da Noite, Tomo XXVI, p. 247.

6. Edital de 18 de fevereiro de 1892, Idem, pp. 247-248.

7. N.10^o, Art. 278 do Código Administrativo de 4 de Maio de 1896 (1896-1897) – *O Direito. Revista de Legislação e de Jurisprudencia*. Coimbra: Typographia de F. França Amado, 29^o Anno, N. 1319-1352, p.385



8. Art. 59^o da Lei de Separação do Estado das Igrejas de 20 de abril de 1911. Consult. 04 Março de 2020 Disponível em

<https://dre.pt/application/conteudo/205606>.

9. Portaria nº. 6.259 de 26 de junho de 1929. Sobre a Portaria dos Sinos, consultar CARVALHO, R. A. de; Araújo, A. (2005). e ARAÚJO, A. (2009).

10. No espaço europeu, tal situação já encontra precedentes desde pelo menos o princípio do séc. XIX. Alain Corbain, por exemplo, em seu *Les Cloches de la Terre*, analisa diversos casos de dessacralização dos toques dos sinos, destacando o interesse dos poderes municipais, inscrito na lógica republicana, em apropriar-se desses códigos sonoros, assim como o impacto causado em cidades rurais da França oitocentista, pelo silenciamento de uma tradição sonora que ordenava o cotidiano e definia coletivamente a identidade dos habitantes dessas cidades (CORBIN, 1994).

11. Arquivo Municipal de Évora (AMEVR) - Livro de Actas da Comissão de Arte e Arqueologia - PT/AMEVR/CME/B/D/C/Lv. 001

12. Lei de Bases do Património Cultural - nº. 107/2001 Consult. 05 Março de 2020 . Disponível em http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=844&tabela=leis.

13. Despacho 8237/2019 Consult. 05 Março de 2020 . Disponível em <https://dre.pt/home/-/dre/124750448/details/maximized>

14. Projeto PASEV (Patrimonialization of Évora's Soundscape (1540-1910) ALT20-03-0145- FEDER-028584 | LISBOA-01-0145-FEDER-028584).

15. Inspirado pelos toques tangidos nos sinos da Sé, das igrejas conventuais do Carmo, São Francisco e dos Remédios, David descreve no poema “Sinos”, publicado em 1943, o impacto da sonoridade desses instrumentos no cotidiano da cidade de Évora. Consultar DAVID, 1943, 35-38.

16. *Altissonancia Sacra Restaurada...* p. 186-187. Segundo o *Kalendário dos toques dos sinos...* «As Saudações Angelicas, Vulgarmente chamadas Ave Marias, se costumão dar ao romper da Aurora, ao Meio dia, e no fim do Crepusculo Luminozo, isto he antes da noite: tange-se qualquer destas com 3 badeladas, separadas, no Sino – 1º mediante entre cada huma algum espaço (sic) de tempo». *Kalendário*, p.2. Sobre a instituição do toque de Angelus na tradição católica, alguns autores atribuem ao Papa Urbano II, no século XI, a oração recitada ao som dos sinos pela manhã e à noite, pelos felizes resultados das cruzadas, o que seria restaurado por Gregório IX (século XIII), com a adição da saudação também ao meio-dia. Essa adição é também atribuída, ao rei Luis IX, de França (século XIII) e ao papa Calisto III (século XV), esse último, para estimular os fiéis a rezar pelo exército cristão nos conflitos na Hungria. Já São Boaventura, em 1263, terá instituído que seus religiosos exortassem os fiéis a saudar a Virgem Maria, acreditando que a mesma fora saudada pelo anjo Gabriel àquela hora, e João XXII irá confirmar com indulgências, em 1318 e em 1327, a devoção de saudar a Virgem com as três orações, ao por do sol, ao sinal do toque do sino. Conforme *Dizionario di erudizione...* 1845, pp. 77-78.



17. Arquivo da Sé de Évora (ASE) - Toques dos sinos na Sé D'Evora - PT/ASE/CSE/FSE/G/001/Mç001. A partir desse ponto faremos referência ao Arquivo da Sé de Évora através da abreviatura ASE.
18. *Estatutos da Universidade de Évora, ordenados Pelo Cardeal Infante D. Henrique, com autoridade do Santo Padre Paulo 4º revistos e reformados por ordem do Reverendo Padre Mutio Vitelleschi prepósito geral da Companhia de Jesus*. Transcrito por ROSA, 2013, Vol.2, 5-260.
19. Identificação realizada a partir da Planta Turística de Évora 2020 [Consult. 23 de Maio 2020]. Disponível em <http://www.cmevora.pt/pt/Evoraturismo/mais/Documents/plantaTuristica2020.pdf>
20. A partir desse ponto faremos referência ao Arquivo Distrital de Évora através da abreviatura ADE.
21. Agradecemos à Doutora Antónia Conde, por facilitar o acesso aos contratos custodiados no Arquivo Distrital de Évora, e a Doutora Vanda de Sá, pelas notícias publicadas nos periódicos Folha do Sul e Gazeta do Meio Dia.
22. A inscrição indica MANUEL RODRIGUES ME FES EM EVORA / NA ERA DE 1696.
23. ASE - Acordãos do Cabido - PT/ASE/CSE/C/002/Lv007 – 1694-1714 - Fl. 78v.
24. No levantamento feito pelo Padre Louro, em 1969, esse sino já não aparece entre os sinos da Matriz de Redondo (LOURO, 1969, p.20).
25. *Antiguidades modernas: e novidades antigas ou Coleção de notícias curiosas tiradas especialmente das memorias da Sé d'Evora* - PT/BPE/Cod. CI-I-10– fl. 36
26. Conforme o formulário: «Há 3 classes de dobres: Da roda pequena; da 2º roda; e da roda grande. Os da roda pequena são feitos com os sinos = de Nossa Senhora da Conceição, de Santa Barbara, de Prima, de Nossa Senhora do Carmo e de Santa Cruz. Os da 2ª roda são feitos com os ditos sinos e mais os de S. João. Os da roda grande são feitas com todos os sinos supra mencionados, e mais o sino de N. Senhora do Anjo. Os dobres de roda grande só tem logar pelo fallecim.^{to} de pessoas de posição elevada. Os de 2ª roda por lavradores de meia tijella, beneficiados da Sé e mais eclesiásticos: os da roda pequena por pessoas de baixa condição». *Toques dos Sinos na Sé D'Evora*, p. 1.
27. *Inventário da Arquidiocese de Évora* - ES.AN.1.002 mus
28. *Inventário da Arquidiocese de Évora* - RE.SS.1.003 mus
29. *Inventário da Arquidiocese de Évora* - RG.PE.1.004 mus
30. De acordo com as Ordenações Manuelinas, a previsão de penalidades para quem fosse encontrado nas ruas após o toque do sino de correr, inclusivamente com armas, consistia: “E quanto a espada, ou punhal ou dagua, toda pessoa a poderá trazer, assi em Nossa Corte, como em qualquer parte de Nossos Reynos de dia, e atee o sino do correr seer



tangido; e acabado o sino, sendo achado com espada, punhal, ou adagua, paguará duzentos reaes, e perderá as ditas armas com que for achado; e os que forem achados depois do sino sem arma paguaram somente sessenta reaes pera quem o prender, o que todo paguaram da Cadea, quando o loguo nom quiserem pagar perante o Juiz, a que ham de seer levados ante que vam aa Cadea. E esto se nom entenderá quanto aa pena nos que forem achados depois do dito sino na Cidade de Lixboa, ou por cada huu dos Meirinhos da Nossa Corte onde quer que Nós Estevermos, ou a Nossa Casa da Sopricaçam sem Nós; porque em estes casos, posto que sem arma sejam achados, paguaram de pena duzentos reaes pera quem os prender. Però em toda parte os que forem achados depois do sino de correr sem arma com candea acesa, ou alenterna, ou outro lume, hindo pola rua pera alguu certo lugar, nom seram presos, nem paguaram pena algua. E quanto he aos moços que nom passarem de quinze annos, posto que sejam achados depois do sino do correr sem candea, ou outro lume, Mandamos que nom sejam presos, nem paguem pena algua”. *Ordenações do Senhor D. Manuel*, Livro I, Titulo LVII, pp. 395-396.

31. SIMÕES, 1888, p. 137.

32. A partir desse ponto faremos referência à Câmara Municipal de Évora através da abreviatura CME.

33. Sobre a história da linha férrea de Évora consultar PEREIRA (2018)

34. Sobre o regulamento dos toques de incêndios na cidade do Porto consultar: *Município do Porto. Regulamento para os signaes que devem dar-se nos sinos em ocasião d’incendio nas freguesias deste Concelho do Porto e em Villa Nova de Gaya* (1852). Porto: Tipografia de A. da S. Santos. Sobre os toques para incêndios descritos em placas de metal, em Guimarães consultar SEBASTIAN, 2008, p.97-98.

35. PT/AFCME/EDN/3226/10177

36. O Toque dos Sinos em Minas Gerais tendo como referência São João del-Rei e as cidades de Ouro Preto, Mariana, Catas Altas, Congonhas do Campo, Diamantina, Sabará, Serro e Tiradentes. Dossiê Descritivo (2009). [Consult. 15 de Maio 2020] - Disponível em [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie%20toque%20dos%20sinos\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie%20toque%20dos%20sinos(1).pdf)

Auteur

Rodrigo T. De Paula

PASEV – Universidade de Évora,
rtpaula@uevora.pt



Du même auteur

**O som solene da morte: A
«sonoridade bélica» dos funerais
reais portugueses (1750-1816) in
*Paisagens sonoras urbanas:
História, Memória e
Património, Publicações do
Cidehus, 2019***

© Publicações do Cidehus, 2021

Conditions d'utilisation : <http://www.openedition.org/6540>

